

**resenhas educativas**  
**uma revista de resenhas de livros**



**Torres Santomé, Jurjo (2006) *A Desmotivação dos Professores*. Lisboa: Edições Pedagogo.**

154 páginas  
ISBN: 978-972-8980-14-6

**Resenhado por Kelson dos Santos Araújo**  
**Universidade do Minho, Braga, Portugal**

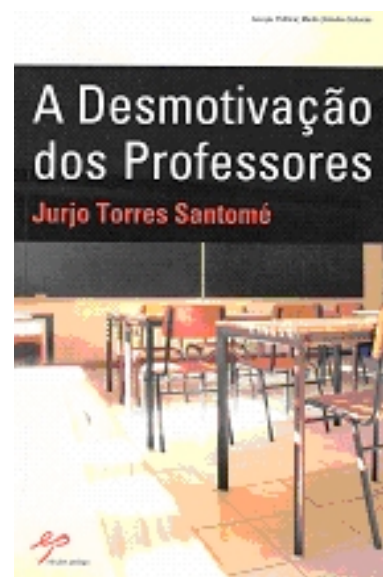
Maio 23, 2007

O conteúdo geral e a estrutura do livro, *A Desmotivação dos Professores*, indicam que o autor objetiva que seus leitores, especialmente os que pertencem à classe docente, compreendam os motivos básicos de as instituições educativas terem chegado à situação problemática em que se encontram hoje. Não se limitando a tão-somente expor os problemas, o livro confere também aos leitores um vislumbre sobre como é possível mudar tal situação de crise mediante reformas efetivas dos sistemas educativos.

De acordo com essas linhas gerais, em sua breve introdução da obra, Jurjo Torres Santomé faz considerações iniciais sobre as questões atuais originadas pelo processo de globalização estabelecendo sua relação com os sérios problemas pelos quais passam os sistemas educativos. Sem entrar em muitos detalhes a respeito desses temas, que são o ponto de atenção específica de outros de seus livros, tais como, *Globalización e interdisciplinaridad: El curriculum integrado* (1994) e *Educación en tiempos de neoliberalismo* (2001), prepara os leitores para o que será abordado nos capítulos seguintes.

Com esta pequena introdução, o autor já antecipa aos leitores quanto ao que virá a seguir: uma escrita com forte base contestadora da situação atual da Educação que, evidente e infelizmente, mostra-se semelhante em diversos países do mundo ocidental, tanto ao nível da Europa como ao das Américas.

Consoante a isto, Jurjo Torres Santomé inicia o *Capítulo 1, As dificuldades para analisar o presente*, fazendo uma retrospectiva dos progressos da sociedade no tocante aos maiores direitos alcançados para as mulheres, as crianças e as pessoas portadoras de necessidades especiais. Tais mudanças afetaram a maior parte dos setores das sociedades desenvolvidas, especialmente com o papel muito maior nela desempenhado pelas mulheres (Hobsbawm, 1996, p. 306). Esses avanços contrapõem-se à concepção tradicional da família patriarcal que mantinha mulheres e crianças num modelo castrador da liberdade de pensamento e de questionamento (ibidem, 1996, p. 335). Os resultados de tal modelo eram adultos submissos e com medo de serem livres. Felizmente, a Escola<sup>2</sup> passou também a usufruir de diversas conquistas e de avanços que são irreversíveis, conforme bem aponta o autor.



Nesta resenha, tomo a liberdade de grafar o termo "Escola" com a letra inicial maiúscula sempre que ele se referir ao seu sentido *lato*, um dos objetos de atenção da obra em questão.

A partir de tais considerações, Jurjo Torres Santomé passa a fazer uma defesa veemente da Educação como pilar fundamental "para a construção de um mundo mais justo", algo que passa ao largo das pretensões dos governos conservadores aliados aos modelos econômicos e neoliberais. Ao longo das décadas finais do século XX, tais governos somente fizeram manobras ardilosas ou se beneficiaram de acontecimentos importantes para aumentarem sua influência hegemônica e imperialista, como no caso da queda do Muro de Berlim, da guerra do Golfo e dos ataques de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, para citar apenas alguns exemplos. Conforme sustenta Arrighi (1994), os EUA não mediram esforços na concentração de meios militares, financeiros e intelectuais com o objetivo de aumentarem a escala e a eficiência de sua hegemonia política e econômica. Em sua concepção hegemônica e tacaña, então, o mundo mais justo consiste num mundo mais sob seu controle.

Em seguida, o autor atenta de forma lúcida para o risco de "o modelo político de democracia [...] acabar simplificado e circunscrito ao mercado", haja visto o estímulo que se tem dado à adoção de um estilo de vida consumista consoante a um individualismo exacerbado. Este é o mote que leva o leitor ao capítulo seguinte: "As intenções de destruição do ensino público".

Num assunto sério que não dá lugar a meias-palavras, Jurjo Torres Santomé inicia o capítulo 2 com uma crítica mordaz, e bem fundamentada em termos racionais e lógicos, quanto aos sistemas educativos que hoje se preocupam em formar o "homo economicus", ou seja, um mero elemento da cadeia produtiva, uma mercadoria disponível em todo o lado e, por conseguinte, econômica. Em vez de ocupar-se unicamente com os aspectos utilitaristas do ensino, a educação deveria voltar-se para a melhoria das "capacidades críticas e reflexivas das pessoas", afirma peremptoriamente o autor, com vistas ao aperfeiçoamento do exercício dos seus deveres e dos seus direitos cívicos, políticos, sociais e culturais, como plenos cidadãos e cidadãs democráticos.

Nessa linha de raciocínio, Jurjo Torres Santomé faz uma interessante e, por vezes, despercebida relação com as ações conjuntas dos mega-grupos empresariais que voltam o foco de sua atenção para a Educação com o objetivo de que esta passe a estar ao serviço dos seus interesses produtivos, na tentativa de implantarem e legitimarem uma pedagogia das classes dominantes (Freire, 1975-2003). De forma bem documentada, mostra como os grupos de pressão empresariais nem mesmo se preocupam em disfarçar sua intenção de exercerem influência decisiva sobre os modelos educacionais para que atendam aos seus objetivos "típicos do mundo dos negócios" (Education for Europeans - Towards the Learning Society, 1995: 5,8). Veja também: Investing in Knowledge - The Integration of Technology in European Education (1997), que corrobora a visão empresarial da função da Educação contida no documento anterior.

O autor prossegue seu texto com ponderações perspicazes na defesa do ensino público, gratuito e acessível a todos, o que se coaduna com a observação feita pelos autores Carnoy & Levin (1985, p., 240) sobre a "luta permanente entre forças que pressionam no sentido de uma maior democracia e igualdade na educação [forças estas expressas pela repercussão causada pelos trabalhos do autor aqui considerado] e forças que pressionam no sentido de uma maior eficiência na reprodução das habilidades e personalidades requeridas pelo capitalismo", conforme bem evidentes pelos documentos empresariais anteriormente citados.

Todavia, cabe aqui uma observação: ao fazer uma crítica lateral com respeito ao empenho dos grupos empresariais junto aos governos para fomentarem o uso da Internet e da Intranet nas instituições de ensino, há que termos uma visão um tanto quanto cautelosa quanto a esta questão. Lido este trecho crítico do livro de forma rápida (último parágrafo da página 31 dessa 1ª edição), o leitor é induzido a pensar que o autor é radicalmente contra o

uso de computadores e da Internet na Escola, o que não corresponde à realidade e nem deveria ser assim. Pelo contrário, o Capítulo 4 do livro esclarece bem o pensamento do autor quanto às várias oportunidades educativas proporcionadas pela Internet. Isto porque, embora certamente os fornecedores dos sistemas informáticos e de conteúdo multimídia ampliam suas oportunidades de negócio e de lucro a partir do uso mais disseminado dessas novas tecnologias no ambiente escolar, os benefícios educativos que podem delas advir não deveriam ser radicalmente desconsiderados.

O uso consciente, responsável, com comprometimento cidadão, dos novos recursos tecnológicos proporcionados pela Internet e pelos computadores e aplicações multimídia podem acrescentar muito às ferramentas que alunos e professores dispõem para o seu desenvolvimento mais amplo como cidadãos bem informados, cientes dos seus direitos e deveres. Cidadãos estes que visam o alcance de uma sociedade mais justa, algo bem de acordo com os elevados ideais educacionais igualmente nutridos por Jurjo Torres Santomé e na mesma linha de pensamento de outros destacados investigadores como, por exemplo, Michael Apple (2002) e Paulo Freire (1975-2003), cujas obras muito nos têm a dizer.

No caso específico da Internet, por exemplo, na qualidade de ser uma via com todo o tipo e classe de informações, é fundamental que os professores a saibam utilizar como forma de desenvolver em seus alunos o gosto pelo saber, pela busca e pela análise questionadora das informações obtidas. Isto é algo que os manuais escolares não são capazes de permitir ou de fomentar.

Contudo, também não se pode esquecer que, infelizmente, o acesso a tais tecnologias ainda não está disponível a todos como deveria. Similarmente, nem todos os alunos conseguem dominar e tirar proveito de forma igual das possibilidades de obtenção de informações oferecidas pela Internet. Deste modo, as desigualdades de acesso e de usufruto dessas tecnologias é que devem ser combatidas e criticadas. Do contrário - e que fique aqui bem claro essa importante questão - a Internet continuará sendo nada mais do que um meio extraordinário de se perpetuar as desigualdades intelectuais e, portanto, agravar ainda mais as suas conseqüências.

Assim, Jurjo Torres Santomé fecha seu apanhado sobre as intenções de destruição do ensino público com uma crítica contundente à atuação de organismos institucionais de controle da qualidade que se voltam para o setor educacional com vistas a classificar e a comparar o desempenho dos sistemas educativos nos níveis macro e micro. Ataca a manipulação dos resultados de questionários astutamente preparados e estandardizados que colocam o desempenho do ensino público sempre em situação inferior ao do privado.

Naturalmente, tais manobras têm o claro objetivo de mercantilizar ainda mais os sistemas educativos, desvinculando-os de sua real finalidade na formação da cidadania.

Após esse preâmbulo educativo com que já nos brinda Jurjo Torres Santomé nos dois capítulos iniciais, ele passa a entrar, de fato, nas considerações relacionadas ao assunto propriamente dito do seu livro no Capítulo 3: "Razões da desmotivação dos professores". Este é de especial interesse para o leitor ou a leitora que fazem parte da classe docente. Consoante a isto, o autor estabelece de imediato uma identificação mútua ao mencionar a tríade de termos: "desmotivação", "desmoralização" e "desilusão". Tal conjunto sugestivo de substantivos prefixados com negação certamente traduz sentimentos experimentados pela esmagadora maioria dos colegas professores e professoras.

A partir daí, o autor enumera dezesseis razões para o problema da desmotivação já há muito infelizmente sentida pela classe docente e que tem que ser compreendida, combatida e, quiçá, vencida nem que seja parcialmente. Conferiremos, então, a pertinência e a validade de cada uma de tais razões apresentadas pelo renomado investigador espanhol juntamente com aquilo que nos for possível acrescentar.

A primeira das razões relaciona-se com a incompreensão das reais finalidades dos sistemas educativos e dos centros escolares no que toca a "educar os cidadãos que o mundo

atual e vindouro requer". Tal falta de compreensão é oriunda do mesmo desconhecimento que a sociedade possui quanto ao seu próprio funcionamento e quanto a definir e a explicar o que está acontecendo pelo mundo como um todo. Para respaldar essa afirmação, Santomé apropriadamente cita pensadores das diversas linhas de atuação: liberais, transmodernos, conservadores e racistas e conclui que os professores acabam apanhados em cheio nesse imbróglio e ficando desorientados na condução de suas práticas pedagógicas.

A segunda razão apontada pelo autor para que os professores se sintam desmoralizados reside em sua formação inicial muito deficitária. Isto se verifica em seu país de origem, a Espanha, cuja política de formação de docentes é posta em luz desfavorável com relação aos vizinhos mais desenvolvidos como França, Alemanha e Finlândia. Entretanto, os aspectos negativos da realidade educacional espanhola, visceralmente expostos pelo autor, nunca aparecem nos relatórios dos estudos encomendados pelos organismos oficiais devido a uma clara manipulação tendenciosa das estatísticas. De fato, esta é uma prática governamental sinistra cuja existência, tratando-se de um caso específico ocorrido no Brasil, foi exposta e confirmada ao público em geral mediante as palavras, transmitidas acidentalmente via satélite, do ex-Ministro da Fazenda brasileiro, Rubens Ricupero: "O que é bom a gente fatura [sic], o que é ruim, esconde." Se alguém em sua consciência ainda tem dúvidas sobre se tal artimanha governamental é ou não praticada, lembre-se dessas palavras que, no Brasil, acabaram se tornando a triste "máxima ou axioma de Ricupero".

Assim, retomando o assunto inicial, Jurjo Torres Santomé aponta que os professores, além de padecerem de uma formação inicial deficitária, também precisam de uma atualização cultural e psicopedagógica para que tenham condições de promover junto aos seus alunos os princípios do respeito à diversidade cultural mediante a construção e a partilha de conhecimentos e de competências. Dificilmente - e o autor volta com essa queixa à baila - isso pode ser alcançado pelo uso tradicional dos manuais escolares nas aulas, estes portadores de uma péssima e engessada qualidade informativa e pedagógica. Além disso, há que se citar também os infames livros ou manuais do professor que já vêm com as respostas corretas dos exercícios e com as especificações em detalhes sobre tudo que os docentes e os alunos devem fazer durante as sessões. Disfarçados simploriamente de elementos facilitadores da tarefa docente, tais "ajudas" têm um único objetivo real: tolher os pensamentos e os trabalhos criativos.

Vinculada à razão descrita anteriormente, encontra-se a de número três abordada a seguir. Trata-se da pobreza das políticas de atualização dos professores que, conforme a visão da realidade do autor no país dele, não são efetivas nem democráticas. Jurjo Torres Santomé lança parte da culpa sobre os próprios professores que, à força dos programas de atualização impostos pelo governo, com conteúdos mal engendrados e mal direcionados (cujo único atrativo é a participação remunerada), inscrevem-se assim mesmo tão-somente para marcarem sua presença e, deste modo, não perderem o benefício monetário. Consequentemente, muito pouco ou nada de útil se reflete sobre a qualidade da educação promovida pelas escolas onde tais docentes atuam. Há que se concordar plenamente com Torres Santomé que esta é uma política extremamente equivocada muito provavelmente oriunda do pensamento mercantilizante que se tenta impor à Escola.

Consoante a isto, o autor faz um alerta quanto ao predomínio de uma cultura de slogans em grande parte da formação inicial dos professores e nos programas de atualização. Com tal afirmação, o autor critica fortemente - e com muita propriedade - a inadequação das metodologias empregadas, a curta duração dos cursos oferecidos e os ínfimos níveis de exigência dos seus participantes. Com isto, esvazia-se o significado e o conteúdo de filosofias ricas e valiosas, tais como: "educação crítica", "educação democrática", "cidadania solidária", "educação reflexiva", "educação responsável" e "ensino cooperativo". À semelhança de como ele bem expressa: só o discurso e as intenções não se traduzem automaticamente em realidade.

Ainda responsabilizando parte dos professores dentro dessa abordagem, Torres Santomé ataca o individualismo exacerbado nos modos de trabalho de alguns profissionais docentes que se recusam a adotar uma linha de atuação colaborativa. De fato, isto só é prejudicial a eles mesmos pois, desta forma, estarão mais e mais isolados ao lidarem com os problemas complexos de sua docência. Na altura do surgimento dos problemas - ousou confiantemente acrescentar - os manuais escolares não os ajudarão em nada!

Voltando sua crítica contundente para a questão da concepção tecnocrática sobre aquilo que deve ser o trabalho docente, o autor agora aborda a quarta razão para a desmotivação dos professores. De certa forma, sua crítica aqui também tem algo relacionado com o problema daquilo que está no discurso e daquilo que se encontra na prática. Quantos de nós, professores, já não queimamos nossas pestanas na preparação de um brilhante Projeto Político-Pedagógico, recheado de todas aquelas concepções que belamente produziriam uma efetiva educação para a cidadania, para constatarmos que, posteriormente, nada daquilo sairia do papel, mas que ficaria tão-somente sem aplicação na prática?

De fato, o que vemos ocorrer na realidade é bem descrito por Jurjo Torres Santomé como a "cultura do esforço", algo como o típico conceito elitista de meritocracia, na qual joga-se para escanteio todos os valores democráticos e de participação colaborativa e motivadora entre os protagonistas da vida escolar, ou seja, docentes, discentes, direção, administração, família e comunidade, e fica-se apenas com a prática tradicionalista do ensino onde são premiados os melhores (ou os mais fortes, na mais pura concepção *darwiniana*) e penalizados todos os outros "fracassados". Quanto a estes, ninguém se interessa em descobrir quais são as suas inteligências dominantes nem em reconhecer e valorizar suas "diferentes características cognitivas" (Gardner, 1995). Passa-se ao largo de quais são as condições sociais, culturais e econômicas a que estão sujeitos, enfim, quais são os reais motivos de não se ter conseguido motivá-los o suficiente para estarem à altura daquilo que - muitas vezes de forma despropositada - lhes é exigido!

Nesta altura, o autor estabelece mais um ponto de identificação com cada um dos leitores, alunos ou professores, ao mencionar uma pergunta típica sempre ouvida no contexto da sala de aula, ou seja: "Professor(a), o que sai no exame?" (na variante brasileira, costuma-se perguntar: "Professor(a), isso vai cair na prova?"), o que evidencia o principal alvo da preocupação dos alunos. Culpa deles? Assim, exclusivamente, não parece ser, mas seria interessante se apontássemos o dedo também para a própria pedagogia do castigo empregada de forma tácita pelos professores. Do mesmo modo, acusemos também a desvirtuação do processo de "avaliação com propósitos explícitos de fundamentação e legitimação do mercado educacional" (Afonso, 1995).

Avançando em sua extensa lista de razões para a desmotivação dos professores (e com as atuais políticas educativas oficiais, o que mais poderíamos esperar que ocorresse?), o autor agora passa a atacar a existência de um currículo obrigatório e sobrecarregado de conteúdos (a quinta razão). Esta realidade enfrentada por todos os professores, de fato, visa a estandardizar (ou "padronizar" como se diz no Brasil) as formas de atuação do corpo docente no tocante aos possíveis - e mais adequados - conteúdos culturais que poderiam ser ensinados e trabalhados nas aulas. Ao contrário, conforme bem salienta o autor, dada a enorme quantidade de conteúdo imposta, os professores vêm-se obrigados a cobrir o programa de forma extremamente superficial, o que não dá margem a uma reflexão crítica e interdisciplinar por parte dos alunos. Estes, por sua vez, desestimulam-se mais e mais pela necessidade de terem que memorizar (decorar) intermináveis "nomes, datas, fórmulas, conceitos e teorias" que muito pouco - se é que - terão utilidade prática no futuro.

A partir desse ponto, o autor toca em um ponto vital de suas análises pertinentes: quais são "os referenciais que se consideram valiosos e que coisas valem ou não valem a pena aprender"? Eis a conclusão a que se chega: o questionamento dos processos de seleção e imposição de conteúdos culturais que visam a legitimar determinados modelos de

comportamento (e, como efeito colateral, de consumo subserviente) fica massacrado pela imposição dos manuais escolares. Qualquer posição elogiável de renovação educativa termina desestimulada por eles. O que é pior, conforme salienta o autor, não há transparência na elaboração dos manuais nem real representatividade daquilo que foi selecionado como parte do currículo.

Acerca da representatividade do conteúdo curricular, certamente não se leva em consideração a nova realidade multicultural em que se encontram países como Portugal e Espanha. Hoje em dia, há um número considerável de escolas cuja maioria de alunos são imigrantes. Certamente, ao não contemplarem conteúdos multiculturais, os manuais escolares dificultam o trabalho de interação dos professores com seus alunos, como veremos também mais à frente na consideração da razão de número dez.

Outras questões importantes como: que processo seguir, quem participa na decisão sobre os mínimos curriculares (dentro de uma perspectiva interdisciplinar), que tipo de conteúdos, como organizá-los (de maneira livre das amarras impostas pelas editoras e pelos autores dos manuais escolares) e também quais os seus mecanismos de implantação, de seguimento (acompanhamento ou monitorização) e de atualização são abordadas de forma lógica e racional, se bem que sempre referenciadas por Jurjo Torres Santomé ao contexto espanhol, mas com as quais leitores de outros países fatalmente acabam por também se identificarem.

O sexto ponto que contribui para o desalento dos professores é apontado pelo autor como sendo os encargos oriundos das iniciativas da Administração educativa com caráter burocratizante como, por exemplo, exigirem a elaboração de projetos curriculares das escolas e de planos das aulas sendo que tais autoridades oficiais, externas às escolas, sequer revisam ou exigem seu cumprimento.

Os bons efeitos que tais iniciativas, se bem orquestradas, poderiam exercer sobre a estruturação adequada da vida escolar se dissipam no mar de papéis sem grande sentido que os professores têm que perder tempo em preencher. Assim, bem esclarece o autor que qualquer intervenção externa sobre o modo de trabalhar nas escolas precisa receber o apoio e contar com a participação da classe docente para que seja eficaz e funcional.

O autor lista a próxima e sétima razão para a desmotivação sentida por alguns professores como sendo a falta dos serviços de apoio e de inspeção escolar. Critica com propriedade que os membros responsáveis por tais serviços estão mais preocupados com questões burocráticas e com a imposição de sanções do que envolvidos com suas mais nobres prerrogativas de atuação conforme preconizadas pela Lei espanhola (LOPEG - B.O.E., 1995). Tais funções que poderiam - e deveriam - ser efetivamente assumidas por esses profissionais administrativos da Inspeção Educativa estão relacionadas com a colaboração e a supervisão pedagógicas e organizativas, além de participarem também nos processos de inovação e reforma escolar.

Como vemos por essas observações pertinentes de Jurjo Torres Santomé, esses profissionais poderiam engajar-se num trabalho em equipe junto aos professores - e com o respaldo da letra da Lei. Contudo, esta acaba se tornando mais um dos slogans, ou letras vazias, severamente criticados pelo autor. Nada realmente se faz para aproveitar as experiências dos agentes de inspeção no sentido de auxiliarem a melhorar a relevância e a qualidade do trabalho que se realiza nas escolas e, assim, contribuir para uma recuperação da motivação dos professores na sua lida docente. Pelo contrário, talvez uma parte significativa dos professores até mesmo considerem que qualquer auxílio pedagógico eventualmente prestado pelos profissionais da supervisão escolar se configure como uma "intromissão" em sua área de atuação, o que é de se lamentar que alguém possa vir a pensar desta forma.

O alvo seguinte, o oitavo, da crítica abalizada por parte do Jurjo Torres Santomé - e que contribui para a desmotivação da classe docente - é a ausência de uma veraz cultura

democrática nas instituições escolares. Infelizmente, aponta o autor, não consiste numa prática costumeira as famílias, boa parte dos professores - e, muito menos ainda, os alunos - participarem ativamente na vida cotidiana das instituições escolares e nos assuntos relacionados à sua gestão.

O estímulo ativo dos estudantes à participação, à opinião, à expressão e ao debate sem medo de represálias, rumo à construção de um ambiente escolar imparcial e justo, é um artigo em falta na maioria das instituições de ensino, todos temos que concordar com o autor. O medo da perda da autoridade e do controle sobre os alunos não deveria ser motivo para que isso se justificasse. Assim, com vistas a embasar tal afirmação, Jurjo Torres Santomé faz um brilhante resumo do que significa educar para a cidadania, sim, aquela mais comprometida com o bem-estar e a justiça social sobre a qual se deve construir a sociedade como um todo.

A partir desse mote, o autor faz um conveniente apanhado sobre alguns princípios éticos muitas vezes esquecidos, ou mesmo desconsiderados, por aqueles que mais os deveriam prezar e colocar em prática (fica propositadamente aqui em aberto quem seriam estes). Tais princípios éticos precisam ser empregados por toda instituição educativa comprometida com a formação de uma cidadania democrática e, dadas sua relevância e propriedade para o assunto em causa, não poderiam deixar de ser mencionados nesta oportunidade, pelo menos brevemente, quais sejam: integridade e imparcialidade intelectual, coragem moral, respeito, humildade, tolerância, confiança, responsabilidade, justiça, sinceridade e solidariedade. Ao final dessa parte, o autor aborda de leve outros temas, tal como ao fazer uma contraposição entre os processos de auto-avaliação das instituições escolares (desejado) com relação à sua avaliação externa (espúrio).

Na seqüência de consideração das razões para a desmotivação dos professores, chegamos ao item nove denominado "Problemas de comunicação com os alunos". Tais problemas, conforme aponta o autor, envolvem as dificuldades para se relacionar, ouvir e se comunicar com os alunos. Essas dificuldades estão vinculadas, especialmente no caso dos professores do sexo masculino, à cultura patriarcal e machista, agravada nos casos daqueles que cumpriram o serviço militar (por exemplo, no Brasil, este é um serviço obrigatório para todos os jovens que completem 18 anos). Isto porque acabam assimilando modelos de comportamentos autoritários perante os alunos que têm que ser submissos e prestar-lhes obediência sem questionamento. Como bem afirma Jurjo Torres Santomé, tal atitude é incompatível com os novos (e que sejam dominantes e eternos) valores de igualdade, tolerância, democracia, liberdade, independência, responsabilidade, respeito, diálogo e pacifismo.

Assim, o autor prossegue com este assunto lembrando que as dimensões sócio-afetivas possuem grande importância no processo de ensino-aprendizagem e, portanto, os professores precisam estar atentos a isto para que seus alunos se sintam motivados a aprenderem mais e a se esforçarem mais. Ou seja, pela abordagem lógica do autor, uma das chaves para reduzir a desmotivação dos professores é justamente reduzir a desmotivação dos seus próprios alunos por inseri-los como participantes ativos e responsáveis em seu processo de aprendizagem. Já há anos temos um modelo a seguir de pedagogia libertadora da opressão, como uma admoestação semelhante nesse sentido, contra os males da educação "bancária", esta incapaz de gerar o auto-conhecimento, a vontade de aprender, já que somente encara o aluno como mero local para depósito de informações sem a mínima utilização prática (Freire, 1975- 2003).

Recebendo a numeração dez como fator que faz parte das razões para a desmotivação dos professores, o autor aborda agora as dificuldades para eles se relacionarem com as famílias, pela falta de desenvolvimento de habilidade sociais e pela carência de informações que possibilitem as interações e a comunicação. O autor indica que isso é algo que se complica ainda mais no momento atual dada a grande diversidade cultural existente e que se

expressa na pluralidade de idiomas, conhecimentos, valores, rituais, hábitos e expectativas que caracteriza as famílias dos alunos em uma mesma escola.

De fato, nunca antes os professores haviam se deparado com a presença conjunta de uma variedade de representantes de culturas tão diferentes em suas aulas, fenômeno especialmente sentido em países como Portugal e Espanha que, agora na condição de membros da União Européia, se configuram como receptores de mão-de-obra provinda de países menos desenvolvidos do Leste europeu e da América Latina.

Certamente, todos concordaremos que a tarefa de estabelecer bons relacionamentos com as famílias dos alunos é difícil, demanda tempo e precisa ser desempenhada de forma espontânea e interessada. Nas escolas que recebem alunos de origens culturais as mais diversas que existem, o estabelecimento de uma boa comunicação entre as famílias e os professores apresenta-se dificultosa no início, mas os esforços no sentido de criação de um ambiente salutar de acolhida multicultural trarão muitos benefícios para todos os envolvidos, o que certamente contribuirá para o melhoramento da aprendizagem dos alunos.

Em mais uma consideração lateral para fechar esse tópico, o autor trata das pedagogias visíveis (as dos manuais escolares, engessadas) e das invisíveis (mais flexíveis, que procuram adaptar-se às idiossincrasias, aos ritmos de aprendizagem, aos conhecimentos prévios e às inteligências dominantes de cada aluno). Neste ponto, fica-nos mais uma vez a lembrança do respeito que se deve à multiculturalidade e às especificidades dos alunos com maiores necessidades materiais, afetivas e sociais, para os quais deve ser aplicada uma pedagogia libertadora e não opressora (Freire, 1975-2003) em seu ensino-aprendizagem.

Agora, na décima-primeira razão para a desmotivação dos professores, o autor volta suas atenções para o problema de haver um clima social e político que responsabiliza unicamente a classe docente pela qualidade da educação sem levar em conta as obrigações dos demais setores administrativos públicos pertinentes. Considerando que suas afirmações, via de regra, aplicam-se ao sistema educativo espanhol, não é incorreto admitir da mesma forma a existência de tal situação também na realidade experimentada em nossos países de língua portuguesa.

A respeito dessa desobrigação perversa do Estado de suas responsabilidades quanto à educação, Jurjo Torres Santomé aproveita o gancho e passa a discorrer sobre as vantagens de um Estado, de uma sociedade e de um ensino laicos como melhor opção para o desenvolvimento de "uma cidadania democrática, solidária e tolerante", mas isso já daria assunto suficiente para se escrever outro livro...

Um clima leva a outro e, portanto, a razão de número onze segue apropriadamente a anterior com o autor agora a abordar a existência atual de um ambiente social caracterizado pelo ceticismo, pela superficialidade e pela banalização, ambiente este gerado e estimulado pelos meios de comunicação de massas. Estes como que neutralizam, anulam e contradizem todo o trabalho docente desenvolvido nas escolas.

Um bom conselho que o autor dá aos professores para evitarem que os alunos encarem como enfadonhas as tarefas de estudar e de assistir às aulas, é que os primeiros procurem atualizar-se sobre as novas tecnologias de informação e de comunicação. De fato, se os professores se distanciarem dessas ferramentas e não procurarem explorar suas potencialidades educativas, dificilmente serão bem sucedidos em atrair o interesse dos estudantes. Deste modo, cabe bem o alerta do autor para que as aulas e seu conteúdo não venham a ser encaradas pelos alunos como coisas antiquadas, rígidas e sem aplicação no cotidiano tecnológico e prazenteiro que eles vivem e respiram com tanto entusiasmo.

Chegando à parte final da, infelizmente, longa lista de motivos para que os professores sintam-se desmotivados, o autor trata agora do décimo terceiro fator, o qual diz respeito à questão das políticas de mercantilização e de privatização, políticas estas já mencionadas de forma breve em tópicos anteriores.

O problema neste aspecto reside no grande poderio da política mercantilista neoliberal que promove a noção geral de que as instituições escolares privadas são as únicas realmente eficientes e responsáveis em termos de qualidade de ensino em detrimento das instituições públicas. Conseqüentemente, surge a tendência de desvalorizar o trabalho e a própria pessoa do docente da Escola pública estigmatizando-o como se fosse um profissional desatualizado, quicá autoritário e, em suma, ineficiente.

É interessante esse raciocínio levado a cabo pelo autor, pois assume o sentido de negar completamente tal visão equivocada acerca dos professores na função pública ao afirmar que estes é que têm maior liberdade pedagógica para atuarem em suas disciplinas e, portanto, podem corrigir adequadamente os problemas de eficiência que porventura existam. Por outro lado, os docentes da Escola particular são os que acabam amarrados às regras impostas pelo poder econômico do tipo "eu paguei, quem manda sou eu". Desta forma, o autor faz sua costumeira e pertinente defesa do compromisso que o Estado precisa assumir na valorização do ensino público e de seus profissionais docentes.

Como isso invariavelmente não acontece, a partir daí, Jurjo Torres Santomé considera a razão de número catorze que incide seriamente sobre a desilusão que sentem os professores e as professoras mais trabalhadores e comprometidos com o dia-a-dia escolar quando estes não vêem reconhecidos seus esforços em prol das inovações pedagógicas. Neste caso, a triste tendência é que os docentes mais acomodados passem a se sentirem cada vez mais confortáveis em sua condição de inércia pedagógica e espalhem ainda mais, como uma praga, as culturas perversas "da impotência e do pessimismo", afirma o autor. De fato, quem de nós já não ouviu nas conversas dos corredores expressões tais como: "Não dá para se fazer nada quanto a isto" ou "A culpa é das famílias", entre outras afirmações auto-defensivas?

Contudo, o autor não deixa os leitores sem indicações para inverter tal situação ao apontar para a necessidade urgente de "distinguir-se o trabalho em equipe, assim como a produção de recursos didáticos e a implementação de projetos curriculares e [de] inovações educativas". Deste modo, os professores poderão ser estimulados a se aplicarem com mais afinco às suas práticas pedagógicas.

Ao se aproximar o fim da lista elaborada por Jurjo Torres Santomé, deparamo-nos com o motivo de número quinze para a desmotivação dos professores: "Uma contínua ampliação das funções encomendadas à educação". Nesse tópico, o autor resumidamente atenta para o fato de que, atualmente, tem-se confiado aos professores um sem-número de tarefas adicionais além dos seus encargos tradicionais de ensino de suas disciplinas. Infelizmente, continua o autor, os cursos de formação de professores não contemplam em suas grades curriculares os novos conteúdos para os quais os professores são convocados a ministrar.

Finalmente, chegamos à última razão (a décima-sexta, sim, infelizmente, o número é bastante alto) para o sentimento de desmotivação da classe docente. Esta consiste na "maior visibilidade dos efeitos do trabalho dos professores" (na verdade, a falta dela). Jurjo Torres Santomé toca no perturbador assunto dos indicadores criados para gerir e controlar o sistema educacional e lembra-nos que eles não devem ser encarados como instrumentos dos quais há consenso em sua formulação e aplicação. Pelo contrário, sabe-se que tais indicadores acabam exercendo influência significativa sobre os conteúdos curriculares no sentido de que limitam a liberdade pedagógica dos professores. Estes, muito a contragosto, vêem-se muitas vezes quase que obrigados a direcionar seu ensino aos itens que serão abordados nas avaliações externas a que os alunos serão submetidos com a pretensão de "diagnosticar" a qualidade do seu trabalho.

Sabidamente, o autor volta-se totalmente contra os testes de medição dos indicadores ao destacar que eles não são capazes de "atender a questões verdadeiramente relevantes para a formação de uma cidadania informada, reflexiva e crítica." De fato, é impossível que testes padronizados consigam avaliar adequadamente o desempenho dos alunos sabendo-se que

suas diferentes capacidades e inteligências (Gardner, 1995) não são neles levadas em consideração.

Assim, o autor encerra sua consideração das dezesseis razões para a desmotivação dos professores com uma animadora chamada à ação para que estes resistam e pressionem sempre que se tente implantar este tipo de política restritiva da liberdade pedagógica de forma a impedir que ela se instale e se firme onde quer que seja.

O último e quarto capítulo é curto e vai direto ao assunto indicando a necessidade de estruturas mais flexíveis e de uma maior atividade conjunta entre as atividades curriculares e extracurriculares. Para isso, o autor singelamente reconhece que há dificuldades na implementação de um modelo organizativo do ensino mais aberto e com projetos curriculares intra e extra-classe integrados, mas demonstra firme confiança de que o empenho colaborativo de todos os envolvidos pode torná-lo realidade.

Pelo que foi até aqui considerado, pode-se afirmar que o autor nos brinda com uma leitura fácil e apaixonante, porém não se furta em envolver os próprios professores em parte da culpa de sua desmotivação que acaba levando-os ao não comprometimento com o sucesso do processo de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos que têm sob sua responsabilidade. Interessante notar também que, em alguns trechos do livro onde visa abordar especificamente um assunto, o autor acaba enveredando por outros correlacionados. Muito provavelmente, isso se deve à sua mente profícua e assaz desejosa de passar aos leitores o máximo de conteúdo proveniente de sua grande experiência e conhecimento na área, mas nada disso atrapalha nem desmerece a leitura.

O mais importante é que Jurjo Torres Santomé aponta para os problemas, mas não deixa os professores abandonados. Fornece sugestões de solução na linha de outros autores que propõem uma reforma educativa que "implica considerar uma variedade de iniciativas que visam alterações no alcance e na natureza da educação [...] escolar, passando por mudanças nos conteúdos e currículos (Weiler (1989), citado por Afonso [1995]), algo que não deve ser considerado como utopia, mas sim como necessidade mais do que premente. Essa obra, então, vem a acrescentar ainda mais ao arsenal ao qual os professores poderão sempre recorrer em sua batalha incessante por melhores condições profissionais e de ensino.

### **Bibliografia:**

- Afonso, A. J. (1995) O Contexto Internacional, as Reformas Educativas e a Avaliação Educacional, in Políticas educativas e avaliação educacional: para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995), Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.
- Apple, M. W. (2002) Ideologia e Currículo. Porto Editora.
- Arrighi, G. (1994) The long twentieth century: money, power, and the origins of our times. Londres, Verso.
- Carnoy, M. & Levin, H. M. (1985) Schooling and work in the democratic state, Stanford University Press.
- ERT - Education Policy Group, François Cornélis - Chairman (1995) in Education for Europeans - Towards the Learning Society, <http://www.ert.be/doc/0061.pdf>, consultado em 28/01/2007.
- ERT - Education Policy Group, François Cornélis - CEO Petrofina (1997) in Investing in Knowledge - The Integration of Technology in European Education, <http://www.ert.be/doc/0114.pdf>, consultado em 28/01/2007.
- Freire, P. (1975-2003) Pedagogia do Oprimido.
- Gardner, H. (1995) Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Hobsbawm, E. (1996) A Era dos Extremos. História Breve do Século XX, 1914-1991. Lisboa, Editorial Presença.

Ley Orgánica de la Participación, la Evaluación y el Gobierno de los Centros, LOPEG - B.O.E. 21-11-1995, Artículo 36, Funciones de la inspección educativa, in [http://www.mec.es/mecd/atencion/educacion/hojas/E\\_SistemaEduc/e-1-5.htm](http://www.mec.es/mecd/atencion/educacion/hojas/E_SistemaEduc/e-1-5.htm), consultado em 29/01/2007.

**Sobre o autor do livro: Jurjo Torres Santomé** é professor catedrático de Didática e de Organização Escolar na Universidade da Coruña, Espanha, e ocupa atualmente o cargo de Diretor do Departamento de Pedagogia e Didática. Anteriormente, foi professor nas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela, assim como professor visitante na Universidade de Wisconsin-Madison no Departamento de Currículo e Instrução e de Estudos sobre Políticas Educativas. É autor consagrado de várias obras sobre temas relativos à sociopolítica do currículo, políticas educativas, currículo integrado, multiculturalismo, currículo anti-discriminação, e formação de professores.

**Sobre o autor da resensão: Kelson dos Santos Araújo** é Licenciado em Letras - Português/Inglês pela Sociedade Educacional São Paulo Apóstolo, Rio de Janeiro, Brasil. Possui também formação técnica em acabamento têxtil e fibras químicas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (SENAI-CETIQT), onde trabalhou por mais de 18 anos como contrapartida brasileira em projetos de transferência de tecnologia da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO atuando como tradutor e intérprete técnico, consultor e ministrante de cursos de formação profissional. No biênio 2006/2007, é Mestrando em Educação - Tecnologia Educativa, na Universidade do Minho, Braga, Portugal, como bolseiro do Programa ALBAN, Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina, Bolsa E06M100234BR.

\*\*\*\*

**Resenhas Educativas/ Education Review**

publica resenhas de livros recém-lançados na Educação, abrangendo o conhecimento e a prática em sua totalidade. Todas as informações são avaliadas pelos editores:

•

**Editor para Espanhol e Português**

**Gustavo E. Fischman**  
Arizona State University

•

**Editor Geral (inglês)**

**Gene V Glass**  
Arizona State University

•

**Editora de Resenhas Breves (inglês)**

**Kate Corby**  
Michigan State University

As resenhas são arquivadas e sua publicação divulgada por meio da listserv (EDREV). Education

Review é um signatário da Budapest Open Access Initiative.

